

Sumário

Agradecimentos (2 ^a edição)	9
Apresentação (2 ^a edição) de Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO	11
Prólogo (2 ^a edição) de Prof. Dr. JESÚS-MARÍA SILVA SÁNCHEZ	15
Prefácio (2 ^a edição) de Ministro GILMAR FERREIRA MENDES	19
Lista de abreviaturas e siglas.....	25
Introdução	35

PARTE I

1. Aspectos universais do princípio do <i>ne bis in idem</i>	41
1.1. Origem e manifestações históricas mais relevantes	42
1.2. Sentido e alcance do princípio do <i>ne bis in idem</i> : reflexões iniciais.....	56
1.2.1. Questões a serem resolvidas	64
1.3. Breves comentários sobre o sentido e o alcance do princípio do <i>ne bis in idem</i> nos debates da Associação Internacional de Direito Penal (AIDP)	67

1.4. Tribunal Penal Internacional	69
1.5. Corte Interamericana de Derechos Humanos	77
2. O princípio do <i>ne bis in idem</i> na experiência jurídica europeia	91
2.1. O princípio do <i>ne bis in idem</i> no direito interno de alguns Estados europeus	91
2.1.1. Alemanha	93
2.1.2. Itália.....	100
2.1.3. França	105
2.1.4. Portugal	113
2.1.5. Espanha	120
2.1.6. Áustria	129
2.1.7. Bélgica.....	132
2.1.8. Países Baixos	134
2.2. O princípio do <i>ne bis in idem</i> na União Europeia	137
2.2.1. Extensão do princípio do <i>ne bis in idem</i> na jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia.....	141
2.2.1.1. O elemento “definitivamente julgado” – <i>bis</i> ..	141
2.2.1.2. O conceito de “mesmos fatos” – <i>idem</i>	151
2.2.1.3. Outras decisões relevantes.....	157
2.3. A Corte Europeia de Direitos Humanos e o princípio do <i>ne bis in idem</i>	174
2.3.1. O elemento <i>bis</i>	177
2.3.1.1. Exceção ao <i>ne bis in idem</i> - § 2º do art. 4º do Protocolo nº 7.....	185
2.3.2. A “natureza penal” dos procedimentos	186
2.3.3. O conceito de “mesmos fatos” – <i>idem</i>	189
2.4. Quadro sinóptico jurisprudencial sobre o princípio do <i>ne bis in idem</i> na experiência europeia	197
2.5. Conclusões parciais	209

PARTE II

3. Interfaces entre o Direito Penal e o Direito Administrativo sancionador	215
3.1. Potestade sancionadora da administração: do poder de polícia ao direito administrativo sancionador	215
3.2. Potestade sancionadora da administração como uma das manifestações do <i>potestas puniendi</i> do Estado.....	219
3.3. Inter-relação entre o ilícito penal e o ilícito administrativo....	226
3.3.1. Teorias da dualidade ontológica	226
3.3.2. Teorias da unidade ontológica.....	232
3.3.3. Via de Mezzo	240
3.3.4. Teoria da integração normativa	242
3.3.5. Orientação adotada	244
3.4. Homogeneidade das funções das sanções penais e das sanções administrativas de heterotutela	250
3.5. Aplicação matizada dos princípios cardeais do direito penal à potestade administrativa sancionadora	261
4. Contributos para a densificação do princípio do <i>ne bis in idem</i>	269
4.1. Significado.....	269
4.2. Fundamento	271
4.3. Função.....	283
4.4. Pressupostos de aplicabilidade do princípio do <i>ne bis in idem</i>	285
4.4.1. Identidade de sujeito	286
4.4.2. Existência de anterior consequência sancionatória (<i>o bis</i>)	295
4.4.3. Identidade de fatos e fundamentos (<i>o idem</i>)	297
4.5. Situações discutidas	310
4.6. Interseção entre o direito penal e o direito administrativo sancionador: conformação e extensão dos critérios de resolução do concurso de leis penais	317
4.7. Conclusões parciais e tomada de posição	334

PARTE III

5. Princípio do <i>ne bis in idem</i> no Direito Brasileiro: marcos histórico-normativos e limitações interpretativas	339
5.1. Dimensão processual.....	354
5.2. Dimensão material	360
5.2.1. Proibição de reavaliação das circunstâncias de aplicação da pena	362
5.2.1.1. A questão da reincidência	367
5.2.2. Sistema de aplicação de pena diante da identidade dos atos de execução do concurso formal: a desconformidade do art. 70, caput, parte final, do Código Penal brasileiro com o princípio do <i>ne bis in idem</i>	377
5.2.3. Problemáticas na cumulação de alguns tipos penais no direito brasileiro.....	396
6. Para além das perspectivas clássicas do princípio do <i>ne bis in idem</i> e o estado da arte na jurisprudência brasileira	409
6.1. Aspectos práticos decorrentes da dimensão transversal do princípio do <i>ne bis in idem</i> no direito brasileiro: disfunções e desafios	412
6.1.1. Lei de Improbidade Administrativa	440
6.1.2. Lei Anticorrupção	454
6.2. Dimensão transnacional do <i>ne bis in idem</i>	467
6.3. O estado da arte do princípio do <i>ne bis in idem</i> na jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros.....	486
6.4. Quadro sinóptico jurisprudencial sobre o princípio do <i>ne bis in idem</i> no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça	500
6.5. Conclusões parciais e tomada de posição	506

Considerações finais: síntese conclusiva, perspectiva crítico-reflexiva e proposições	511
Referências	519